MANIFESTO DO EPISCOPADO

SÔBRE O MOMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

★

RIO DE JANEIRO
MAIO DE 1945

27.p. 300

"Após longos anos de padecimentos indisíveis e destruições devastadoras, raiou finalmente no mundo ocidental, a aurora da paz. Cessaram as hostilidades e, com elas, o derramamento de sangue humano, o luto de tantas famílias e o sobressalto de todos. Com grande consolação poderá, em breve, a família brasileira saudar os nossos bravos soldados, que na Fôrça Expedicionária, acompanhada e assistida pelos nossos sacerdotes, com tanta bravura se bateram pela integridade e soberania do Brasil, elevando bem alto o nome da nossa pátria. Dos nossos corações comovidos eleva-se, espontâneo, o hino de ação de graças a Deus, fonte de todo o bem. Regozijemo-nos no Senhor, mas não cruzemos os braços. Achamo-nos, agora, ante a tarefa imensa das reconstituições pacíficas da humanidade de amanhã. Neste momento em que sentem todos o pêso das novas responsabilidades, voltam-se espontaneamente os ânimos para a Igreja, na espectativa de uma palavra de luz e de energia. Para os que ainda não chegaram à plenitude da fé ou tiveram a desventura de perdê-la é uma confiança na sua experiência multisecular, e o reconhecimento respeitoso da mais elevada autoridade espiritual do mundo. Para nós, católicos, é a confiança inabalável na verdade da palavra divina, que não passa, entre as caducidades humanas que desaparecem na voragem dos tempos. Jesus Cristo, o Verbo de Deus, que se fez homem para salvar o homem, é hoje o que será pelos séculos, a Luz do Mundo, o Caminho, a Verdade e a Vida. Sem Cristo não haverá salvação nem para os indivíduos nem para os povos. Longe dêle ou contra êle todos os esforços de construção serão baldados. E por haverem deliberadamente fechado os olhos à luz da mensagem evangélica, multiplicaram-se os êrros políticos, sociais e morais que desfecharam na catástrofe que ora enluta a humanidade.

E Jesus Cristo continua vivo na sua Igreja, incumbida, por missão divina, de conservar e transmitir a integridade de sua doutrina salvadora. A ela foi confiado o patrimônio dos ensinamentos essenciais à humanidade, para o conseguimento dos seus destinos de paz e de felicidade: IDE, ENSINAI A TODOS OS POVOS TUDO O QUE VOS MANDEI; a ela, para que não falhasse à grandeza desta missão foi prometida a indefectível assistência de Cristo: E EU ESTAREI CONVOSCO ATÉ A CONSUMAÇÃO DOS SÉCULOS (S. Mat., 25, 19). Ouçamos a voz da Igreja, como a voz de Jesus Cristo que transmite às gerações e lhes repete o verbo da salvação adaptado às necessidades renovadas dos tempos e das culturas. Quando ruem por terra tantos ídolos de sistemas em que

os homens haviam posto enganosamente suas esperanças, hoje desiludidas, quando se entrechocam tantas ideologias extremadas a quererem tentar, na confusão geral dos espíritos e no conflito de interesse e paixões novas experiências fatais à tranquilidade dos povos, a palavra serena e verdadeira da Igreja esplende como farol na tormenta. Aos que lutam com sinceridade pela reconstrução de um mundo melhor, menos trabalhado de injustiças e mais iluminado pelo amor, aponta rumos seguros; aos que, acabrunhados pelo espetáculo de tanta desgraça, êrros e sofrimentos, desanimam ante as dificuldades da emprêsa, acena com uma esperança de ressurreição e de vida. O momento não é de recriminações odiosas, mas de ação iluminada, enérgica e fecunda. Cruzar os braços em face de ruínas não é gesto cristão.

Nesta imensa conflagração que estendeu a todos os povos, raças e continentes, o horror de suas devastações, o nosso querido Brasil, como tem tido, até o presente, largo quinhão de sofrimentos, assim participará largamente nas responsabilidades das reconstruções futuras. Para êle se volvem agora os nossos olhares; é o torrão que a Providência nos deu por berço, é a porção de rebanho espiritual de Cristo confiado à nossa solicitude pastoral.

I — PROBLEMA POLÍTICO — O problema político tem concentrado nestes últimos tempos a nossa atenção e os nossos cuidados. Trata-se não só de eleger os que hão de reger os destinos desta nação mas ainda, ao que consta, de elaborar sua estrutura orgânica, concretizada numa constituição que seja a fórmula das suas legítimas aspirações e o fundamento de toda a sua ordenação jurídica. Esboça-se, para estas graves responsabilidades, a organização de partidos e repontam as primeiras diretrizes em que se divide a opinião nacional. Sabeis qual, neste ponto, a nossa doutrina e a nossa atitude. Para melhor atender à universalidade e espiritualidade de sua missão a Igreja conserva-se fora e acima das competições partidárias. Pela sua definição, o partido visa a um bem particular ou à realização do bem comum através da concepção particular de uma parte dos cidadãos. A Igreja a todos estende os benefícios de sua assistência espiritual; ela não é nem pode ser partidária, e sua atividade, sempre indispensável às almas e às nações, não pode estar sujeita aos vai-vens da política de partidos. "Querer empenhar a Igreja, já escrevia Leão XIII, nas lutas de partidos e pretender servir-se de seu apôio para triunfar com mais facilidade dos adversários é abusar indiscretamente da religião" (1). — A política divide, a religião une. Mas se a Igreja nos vários graus de sua jerarquia, não se solidariza com organizações partidárias, mesmo que fossem explícita ou implicitamente católicas, aos fiéeis permite, que, no desempenho de seus deveres cívicos, militem em partidos que não contrastem com as exigências superiores do bem comum e da consciência católica. Confiamos em que, num país nascido e civilizado sob o signo da Cruz, como o

Brasil, as diferentes agremiações partidárias, legìtimamente divididas em outros pontos, concordem em acatar a liberdade da Igreja e as reivindicações da nossa consciência religiosa, que são as da quase totalidade da sua população. E' medida de alta sabedoria política inspirada no desejo sincero de conservar a harmonia entre o poder civil e a consciência espiritual da nação.

A existência de partidos, que acidentalmente pode degenerar num mal, a divisão do povo em facções — é, de si, um bem, e resulta naturalmente de justas divergências na concepção dos meios mais eficientes de realizar o bem-estar social. Ensina-nos a experiência histórica, e o bom senso o confirma, que a inexistência de partidos ou a existência de um partido único não pode satisfazer às exigências do bem comum, que normalmente se manifesta através das variedade partidárias. À vida e à luta destas agremiações, a igreja, ainda conservando-se alheia às suas flutuações, poderá prestar inestimáveis serviços. Na consciência dos cidadãos ela forma e lembra oportunamente as virtudes morais e cívicas indispensáveis à nobreza e dignidade da vida política; sem o espírito de justiça e desprendimento, sem dedicação inquebrantável ao serviço superior da pátria, as organizações partidárias bem cêdo degeneraram de sua legítima função em favor do progresso das instituições, para se transformar em aglomerações facciosas que, sem escrúpulos na escolha dos meios, porfiam por ambições pessoais ou por interêsses de um grupo ou classe com detrimento da paz social e do serviço comum do bem público. Sem o espírito da caridade, tão próprio da lei cristã, as contendas partidárias, não raro, deslocam-se da esfera das justas discussões econômicas ou políticas para o terreno da opressão e da violência. E como, por constante lição da história, violência provoca violência, as lutas iniciadas com o mais alto intuito de bem servir aos interêsses superiores da Pátria, mas desviadas de seus objetivos pela veemência de paixões mal sofreadas, desfecham em desprestígio da lei, atropelamento e sublevação da ordem jurídica e, não raro ainda, em derramamento de sangue fraterno. Nas perspectivas imediatas das atividades políticas avulta a elaboração de uma nova Consttiuição e, com ela, a opção da fórma de govêrno que nos há de reger. Acêrca deste ponto, continúa a Igreja fiel à sua doutrina, claramente enunciada por Leão XIII: "Dos diversos regimes políticos, desde que sejam aptos a proporcionar o bem dos cidadãos, a Igreja não reprova nenhum" (2). "Julga a Igreja que não lhe compete preferir esta ou aquela forma de govêrno" (3). E' questão de prudência política dos povos escolher, num determinado momento histórico o regime político que mais se adapte ao seu temperamento, às suas tradições, às exigências superiores do bem estar social. Sem ter, assim, qualquer preferência doutrinária por esta ou aquela forma de govêrno, a Igreja faz sentir, entretanto, a todos os povos da terra que um govêrno inspirado em princípios verdadeiramente cristãos deve harmonizar numa sín-

tese jurídica superior o princípio da autoridade, indispensável à unidade social, com as garantias de uma racional e justa liberdade dos cidadãos.

Em nossos dias, inclinam-se os povos, com razão irresistível, para as formas democráticas de govêrno. Pio XII, no documento mais notável que sôbre a democracia se publicou nestes últimos tempos, aponta a causa principal dêste grande movimento contemporâneo. As multidões, diz o Santo Padre, "estão hoje dominadas pela persuasão (a princípio talvez vaga, e confusa, mas já agora incoercível) de que, se não tivesse faltado a possibilidade de sindicar e corrigir a atividade dos poderes públicos, o mundo não teria sido arrastado na voragem desastrosa da guerra; e que, a fim de evitar para o futuro a repetição de semelhante catástrofe, faz-se mistér proporcionar ao mesmo povo garantias eficazes" (4). Por êste motivo requerem hoje "um sistema de govêrno mais compatível com a dignidade e liberdade dos cidadãos". Já no século XIII, opinava Sto. Tomás de Aquino "que todos os cidadãos participassem no poder porque, dêste modo, conserva-se a paz social e todos amam e defendem o regime" (5). De então para cá, com o progresso social, mudou-se notavelmente a situação, e Pio XII nos lembra que "nos nossos dias, em que a atividade do Estado é tão vasta e decisiva, a forma democrática de govêrno parece a muitos como um postulado natural imposto pela própria razão. A democracia, porém, não se reduz a simples aparências exteriores ou à aplicação superficial de fórmulas legais de organização política. Sua ação é mais profunda; atinge a educação das consciências e visa "colocar o cidadão em condições cada vez melhores de ter a própria opinião pessoal e de exprimí-la a fazê-la valer de modo adequado ao bem comum". Com êste esfôrço de elevação moral e educação política dos cidadãos é que se consegue o ideal de uma sã democracia: a unidade orgânica e organizadora de um verdadeiro povo. Num paralelo que merece ser citado, o grande Pontífice reinante sublinha as diferenças fundamentais entre "massa", de que tanto falam os regimes totalitários, e povo. "O povo vive e move-se por vida própria; a massa é de si inerte e não pode mover-se senão por um agente externo. O povo vive da plenitude da vida dos homens que o compõem, cada um dos quais, no próprio lugar e do próprio modo, é uma pessoa consciente das próprias responsabilidades, das próprias convicções. A massa, pelo contrário, espera uma influência externa, é um brinquedo fácil nas mãos de quem quer que jogue com seus instintos ou impressões, pronta a seguir, vez por vez, hoje esta, amanhã aquela bandeira. Da exuberância de vida de um verdadeiro povo, a vida se difunde, abundante e rica no Estado e em todos os seus órgãos, infundindo nêles, com vigor incessantemente renovado, a consciência da própria responsabilidade e o verdadeiro sentido do bem comum. . . A massa — qual acabamos de definir — é a principal inimiga da verdadeira democracia e

do seu ideal de liberdade e igualdade. Num povo digno de tal nome, o cidadão sente em si mesmo a consciência da sua personalidade, dos seus deveres e dos seus direitos, da própria liberdade conjugada com o respeito da dignidade e liberdade alheia".

E' nosso desejo sincero que, na obra de reconstrução social, a empreender-se, com renovado entusiasmo, após as destruições do grande conflito, todos os brasileiros coordenem seus esforços para a realização dêste ideal de um grande povo. Na esfera das respectivas atribuições, lembremo-nos todos ainda da lição do grande Papa, na sua alocução de Natal de 1942: "quem deseja que a estrela da paz nasça e se detenha sôbre a sociedade... favoreça por todos os meios lícitos, em todos os campos da vida, aquelas formas sociais em que se torne possível e se garanta plena responsabilidade social" (6).

II — QUESTÃO SOCIAL — Ao lado das reorganizações políticas do Estado voltam-se também os ânimos, entre preocupados e esperançosos, para a chamada questão social. As condições especiais da guerra, com as exigências inadiáveis de uma produção excepcional, regularizada pela severidade da disciplina militar, relegaram em vários países para segundo plano a solução do problema candente das relações entre o capital e o trabalho. No nosso Brasil, registramos com satisfação que a classe dos trabalhadores não foi esquecida nem descurada. A legislação enveredou decididamente pelo bom caminho; sua boa aplicação poderá dar resultados fecundos. Importa continuar na mesma orientação, porque nos acharemos, com a terminação da guerra, em face do mais difícil e do mais urgente dos problemas contemporâneos. Não é para aquí inventariar as causas que, lenta e progressivamente, provocaram o mal estar de que sofremos todos. Mas é um fato, de todos conhecido, que um profundo desajustamento social é um dos sintomas mais assustadores do mundo em que vivemos. Os bens terrenos no mundo não se acham equitativamente distribuidos. Relações entre capital e trabalho nem sempre se inspiraram em normas de justiça e caridade. Os males sociais que daí provieram são incalculáveis. "Quem poderia negar o estreito parentesco que existe entre a injustiça econômica e um longo cortejo de males físicos, sociais e morais? Salários injustos devidos à cobiça de lucros excessivos e inseguranças causadas por princípios econômicos falsos e imorais levam diretamente a um regime de desnutrição, a habitações deficientes e escassez de roupas; e indiretamente às relações familiares irregulares, à deliquência infantil e à criminalidade" (7). Ante o espetáculo de tantos sofrimentos, a Igreja não pode silenciar, numa mudez que fora cumplicidade incompatível com a sua missão de difundir a verdade e o bem. Pelos lábios de seus Pontífices e pela voz autorizada e multiforme de sua jerarquia disseminada em todo o mundo, ela há longo tempo, vem denunciando o mal e apontando-lhe os remédios. Houvessem sido mais escutadas e atendidas suas advertências maternas, e a crise

não teria atingido a agudeza que contemplam os nossos olhos tristes.

A Igreja não tem nenhum sistema econômico, como não tem regimes políticos, a propôr aos povos. Mas a questão social não é de ordem puramente econômica. Nela se acham envolvidas as normas morais de justiça e de caridade e, em última análise, o homem com a dignidade de sua natureza e a sorte do seu destino. Defensora, por missão inalienável, da ordem moral, a Igreja não pode nem deve desinteressar-se da nobre e inadiável tarefa de minorar as angústias e sofrimentos das multidões desamparadas. Como o divino Mestre, seu coração materno exclama "misereor super turbam". Sem a sua colaboração, qualquer outra tentativa, inspirada em princípios falsos, será baldada, quando não contraproducente. Na reforma das instituições como na regeneração dos costumes — indispensável ambas à reconstrução de uma nova ordem social — a intervenção da Igreja é condição necessária de êxito. Sua doutrina social, pregada pelos seus grandes Pontífices tem mostrado que dentro dela e, por meio da aplicação justa dos seus ensinamentos é sempre possível encontrar solução para os mais graves problemas sociais, sem necessidade de apêlo aos recursos violentos de subversão social. No grandioso empreendimento de reconstruir a sociedade que almejam as nossas esperanças, ponto de partida e fundamento insubstituível é o reconhecimento da eminente "dignidade da pessoa humana". Criado por Deus à sua semelhança para a felicidade de conhecê-lo e amá-lo na vida eterna, cada homem tem um destino seu, próprio, inalienável e imprescritível. Não pode ser, em nenhuma hipótese, reduzido ou rebaixado à categoria de coisa ou de instrumento, cujo valor todo se cifra na utilidade para outra coisa. A imagem de Deus impressa na sua natureza espiritual, dotada de inteligência e liberdade, o sangue de Cristo que, conquistando-lhe a graça sobrenatural, o elevou à dignidade de filho de Deus, confere-lhe uma existência essencialmente superior a toda a ordem material. Para realizar esta finalidade inerente à sua natureza e aos seus destinos sobrenaturais, o homem é titular de direitos inconfiscáveis: direito à vida e ao que é mistér para assegurar-lhe o desenvolvimento físico, intelectual e moral: direito aos bens materiais e ao trabalho, meios normalmente necessários ao sustento da vida; direito de associação, direito ao matrimônio e à sociedade conjugal, direito de livre escolha do seu estado de vida, direito do culto de Deus, particular e público. Para tutelar e defender estes direitos, não para confiscá-los ou suprimí-los, existe o Estado, organização jurídica da sociedade, destinado, na ordem divina, à conservação, ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da pessoa humana, que lhe é anterior e há de sobreviver.

Por aí se vê que nenhuma ideologia materialista pode ministrar os fundamentos de uma ordem social digna da nossa gran-

deza. Negar a realidade do espírito e a imortalidade dos seus destinos é reduzir o homem a um simples animal gregário, essencialmente semelhante a um rebanho ou a uma colméia; é esvasiar a ordem jurídica, a dignidade da pessoa, de seu conteúdo próprio e reduzir a realidade destas idéias à ineficiência de sonoridade vazia. "Uma doutrina ou constituição social, lembra-nos Pio XII, que negue a interna e essencial conexão com Deus de tudo o que se refere ao homem, ou prescinda dele, segue caminho errado, e ao mesmo tempo que constrói com uma das mãos prepara com a outra os meios, que, cêdo ou tarde, porão em perigo ou destruirão a sua obra" (8). A êsse respeito é oportuno lembrar que permanecerão sempre de pé as condenações explícitas do comunismo cteu contidas na Encíclica "Divini Redemptores" de Pio XI e na Pastoral coletiva do episcopado brasileiro, bem como os ensinamentos pontifícios expressos nas Encíclicas "Non Abbiamo Bisogno e Mit Brennender Sorge". A dignidade da pessoa reflete-se imediatamente na "dignidade do trabalho". Ninguem, como o cristão lhe conhece e exalta a nobreza. Pelo trabalho desenvolve o homem sua própria natureza, levando-lhe as energias vitais à plenitude de sua expansão harmoniosa. Pelo trabalho domina a matéria e as fôrças cósmicas, pondo o mundo físico a serviço da civilização e da cultura. Pelo trabalho une-se a outros homens, estende-lhe os benefícios de sua atividade, estreitando os vínculos da fraternidade universal. Grande para o cristão a nobreza do trabalho, que Jesus, Senhor nosso, quís consagrar com a santidade do seu exemplo. Na fronte do trabalhador curvado sôbre a sua obra e emperlada de suor, transluz a dignidade de uma alma destinada à visão de Deus. Desta elevação moral do trabalho derivam consequências práticas de largo alcance. Não sendo simples mercadoria, o trabalho tem real valor humano e a sua remuneração deve corresponder às exigências da pessoa humana, isto é, deve ser salário vital, suficiente para as necessidades do trabalhador e da sua família, para a manutenção e educação dos filhos. Um sistema bem organizado, completando a justa retribuição de quem trabalha, deve oferecer-lhe garantias justas, para os dias incertos da enfermidade, da desocupação, da invalidez ou da velhice.

Todo homem sério e honesto deve viver, em sociedade, numa atmosfera de segurança que o ponha a salvo contra os receios da miséria e lhe permita a alegria de viver e a serenidade dalma indispensável à própria dignidade de sua vida moral. Para êste ideal de bem-estar devem tender, firmes e constantes, nossas reformas sociais, nos limites variáveis das capacidades econômicas e dos imperativos do bem comum. As empresas industriais não deveriam esquecer que não é apenas o capital empregado o que lhes permite prosperar, mas também o trabalho dos seus operários. Não seria, pois, razoavel que êstes tivessem, alem do justo salário, qualquer distribuição equitativa ou participação proporcional nos

lucros das mesmas? Numa ordem social bem estruturada, a remuneração do trabalho deveria proporcionar ainda o acesso à "propriedade particular" de bens móveis e imóveis, quanto possível, a todo operário econômico e honesto. A propriedade particular, com as limitações sociais que a exigência do bem comum impõe, é direito natural da pessoa humana, garantia de segurança e defesa de sua liberdade, ameaçada até a escravidão pela total dependência econômica. "Que esta escravidão provenha do abuso do capital particular ou do poder do Estado, o efeito é o mesmo. Mais sob a pressão de um Estado que domina e regula o campo inteiro da vida pública e particular, penetrando até no terreno das concepções e persuasões da consciência, esta falta de liberdade pode ter consequências ainda mais graves, como a experiência o manifesta e testemunha" (9). Essa dignificação do trabalho e a sua participação, cada vez mais efetiva, tanto nos conselhos da administração pública e particular, como nos benefícios (10) gera a da cultura e da vida social, deve estender-se, não só aos trabalhadores urbanos, mas também às populações rurais. São essas, ainda, em nossa terra, as mais desamparadas. A elas, até hoje, pouco beneficiaram as leis sociais, e vivem, geralmente, em condições de existência muito inferiores ao que exige a dignidade da família e da pessoa humana. Ora, se devemos tudo fazer para que a industrialização natural da sociedade moderna, em consequência dos progressos da técnica, sempre se opere dentro do respeito mais absoluto aos direitos essenciais da personalidade humana, de sua dignidade natural e de suas liberdades fundamentais, — também devemos impedir que essa industrialização despovoe os campos e provoque os problemas do exagerado urbanismo. O bem que a técnica industrial pode trazer à sociedade, e de fato o traz, deve ser distribuido pelas cidades e pelos campos.

Mas os progressos da técnica que nos põem diante dos rendimentos materiais, para terem sua solução em têrmos humanos e razoáveis, requerem que se dêem ao povo as possibilidades de uma participação eficiente nas riquezas da educação e da cultura. Êsses tesouros se abrirão às classes humildes pela execução de programas práticos e exequíveis em que as escolas populares de tipo primário, elementar e profissional se multiplicam nos campos, nas povoações e nas cidades, dando-se a êstes centros de educação um sentido vivo de formação do homem para os seus misteres de ordem terrena e sobrenatural. Essa elevação do proletariado, na sociedade contemporânea é, sem dúvida, a grande cruzada dos tempos atuais. De todo o coração haveremos de tomar parte efetiva e incessante nessa cruzada, pois nela encontraremos um meio digno e imediato de recristianizar praticamente a sociedade moderna, e de modo todo particular a nossa Pátria. Esta, a missão da verdadeira Ação Católica, sempre tão intimamente unida à ação social e cuja importância fundamental, para a vida de cada um de nós, para os altos interêsses da nossa terra e para o bem

da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, não é necessário encarecer. O trabalho é condição necessária do aperfeiçoamento humano, a "família", o seu ambiente normal. Destinada dor Deus à transmissão da vida, e ao complemento recíproco dos cônjuges, constitui ela, por isto mesmo, a célula primeira do organismo social. Nela se formam e educam as novas gerações, nela se conservam e transmitem a língua, os costumes, as virtudes e as tradições que constituem o patrimônio de um povo. Sua constituição — monogamia indissolúvel — é-lhe imposta pela própria finalidade natural, expressão da vontade de Deus. "E o que Deus uniu o homem não separe". (Mat. 19,6). Tudo quanto, nas instituições ou nos costumes, contribuir para desviar a família dos seus altos fins, representa uma vitória das paixões sôbre a razão, do individualismo egoista sôbre os imperativos sociais do bem comum, e acarretará sôbre um povo as mais calamitosas desgraças que poderão ser desfechadas até na catástrofe fatal do suicídio. Ao Estado incumbe, nas suas instituições jurídicas e em suas providências econômicas, a nobre função de tutelar a família, que lhe é anterior e condiciona a existência, sancionando-lhe a constituição fundamental e favorecendo-lhe as oportunidades de subsistência digna. Aos fiéis e às próprias famílias recomendamos a solicitude vigilante e enérgica em combater as idéias, os costumes, as infiltrações insidiosas de mentalidades que possam atentar contra a dignidade tradicional e cristã da família brasileira.

No exercício de sua alta missão cabe à família, como direito e dever natural, a "educação" da prole. O Estado supre-lhe as deficiências, mas não se substitui aos pais na desincumbência do munus que Deus lhes confiou. Só o Estado de tipo totalitário monopoliza o ensino e transforma as escolas em instrumento de propaganda de ideologias partidárias. O respeito à verdadeira liberdade de consciência das famílias exige que na orientação espiritual da educação nas escolas, não se contrarie a orentação do lar, e que o professor não destrua o que constroem os pais. A introdução do ensino religioso nas escolas brasileiras marcou um grande passo no progresso da educação nacional. E' conquista definitiva que, no futuro, só poderá ser confirmada e aperfeiçoada. E' respeito à liberdade religiosa do nosso povo. E' meio eficaz de estreitar os vínculos de confiança e de colaboração mútua entre a escola e a família. E' a elevação da escola à sua nobre tarefa de defensora e continuadora das tradições espirituais que plasmaram a nacionalidade, que ligam o presente ao passado, na unidade de uma civilização a progredir e a desenvolver-se organicamente, fiel a si mesma. E' a providência mais eficaz para ministrar às gerações futuras sólida formação nas virtudes morais, sem as quais a vida social tende incoercívelmente a degenerar em conflitos de egoismos intrataveis, em anarquia de instintos indisciplinados. À instrução e assistência religiosa do povo se deveria juntar igualmente a instituição de capelães nos hospitais e nas

classes armadas. O que, com tanto proveito, se concedeu às nossas fôrças combatentes nos campos de batalha, por que se não há de converter em instituição permanente, que representará com uma prova de respeito à justa liberdade religiosa das suas consciências, uma escola de elevada formação moral?

A crença em Deus é o mais forte esteio da vida moral. Consciências que O temem e amam são consciências fiéis e sinceras, para as quais o dever é absoluta realidade, e o decálogo norma inviolável de ação. Enquanto o ateismo desfecha, logicamente, no amoralismo, a presença de Deus representa, nas almas uma fonte inesgotável de fortaleza, dedicação, de energias sempre renovadas para o bem. A fé em Jesus Cristo e na sua divindade, na sua missão redentora de homem coloca-nos em cheio na atmosfera da perfeição evangélica. Inspira-nos os sentimentos profundos da fraternidade humana, a dedicação aos que sofrem, a solidariedade indestrutível na obra comum de elevação das almas a uma vida mais e mais informada pela justiça e pelo amor. A incredulidade trabalha para a ruína e desagregação dos povos; a religião é a base insubstituível de toda a vida social. Sem voltar sinceramente a Deus e a Jesus Cristo, a humanidade, desolada por tantas ruínas e dividida por tantos ódios, não encontrará os verdadeiros caminhos da paz.

Eis, em breve síntese, o que, em nome, do Episcopado e em nosso próprio nome, nos pareceu dever lembrar neste momento de preocupações e responsabilidades. Não foi nossa intenção expôr, ainda resumidamente, toda a doutrina social da Igreja. Quisemos tão somente pôr em foco alguns pontos principais que, nesta quadra da vida nacional, deverão, numa convergência de esforços e unidade de propósitos, congregar todos os bons católicos e bons brasileiros. São árduos e indeclináveis os nossos deveres. Na plasticidade desta fase de reconstruções caldeiam-se e fundem-se os moldes em que se hão de vasar, Deus sabe por quanto tempo, as novas estruturas da nossa vida social e política. Nós temos, por graça de Deus, na mensagem da nossa fé, uma doutrina de verdade e de vida. Esconder esta luz sob o alqueire fôra omissão de incalculáveis responsabilidades. Nenhuma alma generosa pode resignar-se à cumplicidade de abstenções comodistas. O amor de Deus e das almas, o sentimento de justiça e de caridade, a piedade filial para com a pátria condenam a inação e impõem-nos uma atividade esclarecida coesa e disciplinada.

Aos esforços da ação cumpre associar uma cruzada de orações. "Se Deus não constituir a casa debalde trabalham os que a edificam; se Deus não guardar a cidade, frustrada será a vigilância dos que por ela velam" (Ps. 126,1). Levantemos os braços a Deus numa oração constante e humilde para que Ele proteja o Brasil e a humanidade, inspire propósitos de justiça e de paz aos que neste momento têm em mãos os destinos dos povos. À Virgem Imaculada, que da colina da Aparecida, estende o seu manto

materno sôbre a Terra da Santa Cruz, renovemos, com a consagração das nossas almas, a desta pátria estremecida a ela singularmente devotada. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1945. Festa do Espírito Santo (ass.) Jaime, Arcebispo do Rio de Janeiro por si e pelo Episcopado do Brasil.

NOTAS

(1) — Leão XIII, "Sapientiae christianae". Editions des Lettres Apostoliques de Léon XIII, Maison de la Bonne Presse, t. II, p. 289.

(2) — Leão XIII, "Libertas", II, 210.

(3) — Leão XIII — "Sapientiae christianae", II, 282.

(4) — Pio XII, "Rádio mensagem do Natal de 1944, na Revista Eclesiástica Brasileira", v. V, (1945), p. 172. As outras citações, sem indicação de fontes, são extraídas deste documento.

(5) — Ut omnes aliquam partem habeant in principatu; per hoc enim conservatur pax populi et omnes talem ordinationem amant et custodiunt. "S. Teológica", I, IIae Q. 105; a 1.

(6) — Pio XII — "Problemas da guerra e da paz", Lisboa, s. d., página 351.

(7) — Declarações feitas sôbre a Igreja e a Ordem Social pelos arcebispos e bispos do N. C. W. C. dos Estados Unidos.

(8) — Pio XII — Op. cit. páginas 334-35.

(9) — Pio XII — Mensagem do Natal, de 1942, op. cit. p. 347.

(10) — Esta doutrina está baseada em documentos pontifícios, como por exemplo, a "Quadragesimo Anno". Note-se que a nossa palavra, se dirige, em forma de pergunta aos empregadores, sem descer a critérios técnicos de percentagens, de tempo ou de modo. Foi um apêlo ao senso-social dos empregadores e um incentivo ao que muitos deles já fazem, de iniciativa particular, aliás o caminho mais seguro de se buscar o alicerce das futuras reformas sociais.